



TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A FUNCIONALIDADE DO ESTADO CAPITALISTA NO SIMULACRO DAS POLÍTICAS DE REORDENAMENTOS TERRITORIAIS

Pedro Paulo de Lavor Nunes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe

Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais

E-mail: lavor_nunes@hotmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e professora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as

Políticas de Reordenamentos Territoriais - GPECT

E-mail: aluzcon@oi.com.br

A presente pesquisa de mestrado tem como objetivo analisar a funcionalidade do Estado no simulacro das políticas públicas, não somente funcional como simples comando nas relações sociais, mas sim no processo de reordenamento territorial, concebido e engendrado pelo capital nas suas múltiplas escalaridades e nas múltiplas determinações, através da construção do projeto da transposição do rio São Francisco, no sertão nordestino.

Atualmente, sobretudo Na área do ‘Polígono das Secas’, denominada de Semiárido Brasileiro, a produção da fome, da sede e da miséria tem significado atualmente a subtração da riqueza através da monopolização das terras/territórios pelo capital e da territorialização do capital no campo. “A exacerbação do lucro conduz à concentração de riqueza, espacializando a miséria que é produzida na relação perversa do capital versus trabalho” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 167).

O discurso dos representantes do Estado, conseqüentemente da classe dominante, para o sertão nordestino é que a miséria tem-se manifestada como produto peculiar da severidade do clima, de que as secas periodicamente desestruturam a economia da região. À medida que se fomenta condições aparentes de minimização dos efeitos da seca, difunde-se que o problema da pobreza estaria combalido, e que a oportunidade de produção alimentar se defronta com o trabalhador sertanejo.

A especulação da fome se oculta com o discurso do esgotamento involuntário das condições de sobrevivência humana,

[...] a miséria torna-se condição substantiva, explicativa desta temporalidade, tendo como significado a situação de carência absoluta dos meios de subsistência, indigência, penúria, ou seja, condição do que possa ser considerado

vergonhoso, deplorável, infâmia e torpeza. Enfim, como registra o dicionário: aquele que caiu em desgraça (Ibidem).

Nesta direção entendendo o conhecimento em constante movimento, o aprofundamento de nossa pesquisa será conduzido pela união da prática e teoria. Nesta pesquisa vai ser utilizado O método do materialismo-histórico e dialético que considera a realidade como ponto de partida, e o problema a ser investigado tem como sustentáculo a teoria.

Ao utilizar o método dialético algumas leis ou princípios regulam a pesquisa científica. A primeira é considerar que tudo está em *movimento*, é processualmente mutável. A segunda é que os objetos não são fixos, mas estão em *transformação*. A terceira, e não menos importante, é que nas relações sociais lutam duas forças contrárias em ação, e esses movimentos geram contradições, dessas *contradições* ocorrem mudanças. Todavia, não há como pesquisar com esses princípios se o pesquisador não analisar a partir das múltiplas possibilidades, múltiplas escalaridades e nas múltiplas determinações, quer dizer, na *totalidade* (CONCEIÇÃO, 2012).

A pesquisa a ser realizada estará balizada nas categorias geográficas: Espaço e Território. O Espaço por ser a materialidade histórica dos homens, o espaço das relações sociais mediadas e produzidas pelo trabalho, “da reprodução ilimitada da miséria para milhões de homens mutilados pela carência material e da reprodução cumulativa da riqueza que engorda poucos homens e por isso, os deforma ‘para mais’, por possuírem muitos bens” (SILVA, 2010, p. 116). E o Território por ser a categoria que apresenta um sentido de propriedade, de poder presente no antagonismo da luta de classes, de regras que são próprias de um determinado espaço. Assim, “o território é a concretude da ‘vontade de potência’ em momentos do espaço. Não só do Estado nacional, como do Estado Capitalista em geral e de grupos empresariais locais, nacionais e multinacionais” (Idem, p. 38).

Nesse sentido, em consonância com o método a ser empregado, destacaremos além de Karl MARX, Friedrich ENGELS, Vladimir LÊNIN, Leon TROTSKY e Rosa LUXEMBURG, teóricos como Alexander CHAYANOV, Antônio GRAMSCI, Atílio BORÓN, Francisco de OLIVEIRA, François CHESNAIS, Georg LUKÁCS, Henri LÉFEBVRE, István MÉSZÁROS, James PETRAS, João Márcio Mendes PEREIRA, José de Souza MARTINS, José Paulo NETTO, Marshall BERMAN, Mauro Luís IASI, Ricardo ANTUNES, Teodor SHANIN, Virgínia FONTES, além de cientistas que teorizam a partir da Geografia, como: Alexandrina Luz CONCEIÇÃO, Antônio THOMAZ JÚNIOR, Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA, Bernardo Mançano FERNANDES, David HARVEY, Lenyra Rique da SILVA, Josué de CASTRO, Manuel Correia de ANDRADE, Marta Inez Medeiros MARQUES e Neil SMITH, entre outros.

Serão examinados e analisados trabalhos, dissertações e teses elaborados no Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais

(GPECT/UFS/CNPq) e em outros centros e grupos de pesquisas e de importância ao objeto de pesquisa a ser trabalhado. Além disso, também serão feitas pesquisas junto às instituições públicas e privadas que estão ligadas as demandas exigidas para a realização dessa pesquisa, sobretudo ao Ministério da Integração Nacional (MI), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituição de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE), às secretarias estadual e municipais de agricultura, de desenvolvimento rural e de desenvolvimento social. Será dada também importância às pesquisas através de levantamentos nas organizações políticas e movimentos sociais que estão trabalhando com a questão da mercadorização da água e a apropriação das terras no sertão nordestino, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), entre outras organizações.

Considerando uma parte fundamental na metodologia da investigação a ser realizada, a pesquisa de campo será essencial para a construção final da dissertação. A pesquisa precisa articular teoria e prática, afinal, “para aqueles que vêem a Geografia com parte da teoria social crítica, voltada para a transformação da realidade, o trabalho de campo só pode ser concebido em conjunto com a teoria, como instrumento para desvendar os mecanismos de construção da dominação e da exploração” (ALENTEJANO, ROCHA-LEÃO, 2006, p, 64). Portanto, fazer uma pesquisa de campo representa um processo de sustentação e amadurecimento científico que não pode se separar da teoria, devendo sair das aparências para se aprofundar na essência do problema a ser pesquisado.

A nossa pesquisa até o momento tem nos indicado que o nordeste brasileiro apresenta-se de forma extensiva, pelo domínio morfoclimático das caatingas, espaço fisiográfico caracterizado pelo clima tropical semiárido. Mas, mesmo sabendo que nesse domínio das caatingas, períodos prolongados de estiagem de chuvas são determinados por fenômenos naturais, os problemas causados pela seca também são exacerbados por feitos políticos. Eis a ‘indústria da seca’, caracterizada pela astúcia em utilizar verbas públicas em negociatas de representantes políticos para vantagens próprias e benefícios eleitorais. Ela faz com que, num fluxo intenso, o aproveitamento político da seca tenha por trás um aproveitamento econômico, provocando não só o fortalecimento das lideranças políticas locais e nacionais, como também, o enriquecimento de grupos empresariais e de grandes corporações.

No nordeste brasileiro, particularmente no Vale do São Francisco, propagam-se projetos de irrigação para dar conta da demanda agrícola exigida pelo mercado nacional e principalmente pelo mercado internacional. Somente na bacia do Submédio São Francisco, numa área hídrica de Remanso/BA à Paulo Afonso/BA, entre os estados de Pernambuco e Bahia, oito perímetros de

irrigação exploram cerca de 83,5 mil hectares, para a produção de fruticultura e de cana para etanol (CODEVASF, 2013).

Neste contexto, o Estado intervém como fomentador de projetos com finalidades questionáveis e obras emergenciais para conjunturas previsíveis e controláveis. Com o discurso de garantir uma segurança hídrica de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar, edificam-se amplamente no nordeste brasileiro projetos hídricos, mas que corroboram com uma política agro-hidroexportadora, tendo como projeto emblemático a integração da bacia do rio São Francisco com as bacias do nordeste setentrional, que será concretizado através da construção de dois megacanaís que transporão água para o interior do semiárido, afóra da bacia do rio São Francisco.

O projeto de transposição do rio São Francisco atravessará por municípios do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sendo parte significativa de um programa do governo federal de contribuição para a indução ao desenvolvimento econômico e social em áreas com déficit hídrico.

Com o objetivo de avanço na qualidade de vida da população brasileira, o Governo Federal lança em 2007 o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), visando apressar o crescimento econômico no país. Sendo que o principal projeto, e o mais dispendioso, seria o da transposição do rio São Francisco. Assim, como o Estado é o sustentáculo garantidor do sistema atual, para consolidação dessa política de reordenamento territorial coerente com a orientação concebida pelo capital, é imprescindível a espoliação das terras dos trabalhadores, e conseqüentemente, a expropriação do trabalhador camponês.

Em relação ao trabalho e a expansão do sistema do capital evidencia-se que a transposição do Rio São Francisco, como sua política, promoverá duas ações em prazos determinantes, a expropriação dos camponeses das áreas atingidas pelo programa agroexportador e a expropriação do trabalho camponês e sua transformação em trabalho assalariado.

Conjectura-se que a concentração de terras se aprofunda mais ainda com a concentração de águas. O capital nacional e estrangeiro possui um amplo domínio das águas perenais no semiárido nordestino, controlando todo o processo de produção agrícola na região através das parcerias firmadas com o Estado e monopolizando o valor da água.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: Uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84. 2006.

CODEVASF. **Perímetro Irrigado**. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/polos-de-desenvolvimento-1>>. Acesso em: 25 de fev. 2013.

CONCEIÇÃO, A. L. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**. v. 1, nº 5, 2005.

CONCEIÇÃO, A. L. Nota de palestra apresentado na Semana do Geógrafo, realizada pelo Departamento de Geografia de Itabaiana da Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SILVA, Lenyra Rique da. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2010.

EIXO TEMÁTICO: Agrária